



## ELEMENTO COGNITIVO NA RELAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-BRASILEIRA: NARRATIVAS DA COLONIZAÇÃO

Alberto Abad<sup>i</sup>  
Mestrando em Estudos e Fronteiras na  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Thais Marluce Marques Abad<sup>ii</sup>  
Especialista pela Faculdade Atual - FAAT  
Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

### RESUMO

Sendo a cognição definida como o processo da aquisição do conhecimento através da percepção, a cognição social inclui a forma como um grupo social percebe e compreende as outras pessoas. A narrativa, como gênero literário, influi no desenvolvimento de esquemas cognitivos que se convertem em normas norteadoras que ajudam a interpretar a realidade. Nesse artigo objetiva-se analisar a influência da narrativa da colonização do Brasil na formação de esquemas cognitivos que influem nas relações fronteiriças franco-brasileiras. A metodologia proposta pela pesquisa é de tipo exploratório-descritivo apoiado numa pesquisa bibliográfica de livros e publicações periódicas que abordam os estudos atuais sobre a influência da narrativa e a história de Brasil, da Amazônia e do Estado do Amapá.

**Palavras-chave:** Narrativa; Cognição Social; Esquemas Cognitivos; Fronteira Brasil-França.

### RESUMEN

Al ser la cognición el proceso de la adquisición del conocimiento a través de la percepción, la cognición social incluye la forma a través de la cual un grupo social percibe y comprende a otras personas. La narrativa, como género literario, influye en el desarrollo de esquemas cognitivos que se convierten en normas orientadoras que interpretan la realidad. El objetivo de este artículo es analizar la influencia de la narrativa de la colonización de Brasil en la formación de esquemas cognitivos que influyen en las relaciones fronterizas franco-brasileñas. La metodología propuesta por la investigación es de tipo exploratorio-descriptivo apoyado en una investigación bibliográfica que incluyó libros y publicaciones periódicas que abordan los estudios actuales sobre la influencia de la narrativa y la historia de Brasil, de Amazonia y del Estado de Amapá.

**Palabras Clave:** Narrativa; Cognición Social; Esquemas cognitivos; Frontera Brasil-Francia.

## INTRODUÇÃO

O homem e a mulher como seres sociais, dependem e precisam de intercâmbios interpessoais: vivem em grupos, interagem, participam, dialogam, conversam e expressam opiniões. São sociais não apenas por uma necessidade de sobrevivência, mas porque na interação com outros influenciam e são influenciados, ensinam e aprendem, modelam e são modelados. Nesse convívio, precisam de regras e normas norteadoras que lhes ajudem a interpretar a realidade, e que sirvam de modelos ou diretrizes para seu comportamento na sociedade. Oliveira (2006) considera que “os seres sociais são influenciados pelas percepções, ideias, crenças, narrativas, cognições e julgamentos morais do grupo ao qual pertencem, afetando assim a maneira em que percebem, enxergam e entendem as outras pessoas – em “uma construção compartilhada de significados” (p. 123), características que se engajam no campo da Psicologia Social<sup>iii</sup> que foi definida por Lamb e Sherrod (1981) “como a forma através da qual os indivíduos percebem e compreendem outras pessoas” (p. 1).

As pessoas entendem e compreendem aos outros através de esquemas cognitivos<sup>iv</sup>, os quais são as regras e normas norteadoras que lhes ajudam a interpretar a realidade e influem no desempenho mental – inclui a maneira como as pessoas se percebem a si mesmas e as expectativas do que as pessoas deveriam fazer,

falar e sentir, “equivalem a um quadro de referência ou uma espécie de teoria particular do indivíduo” (GLASER; 1984 *apud* BZUNECK, 1991, p. 144). Assim o homem e a mulher, durante grande parte da sua existência evolutiva, têm fortalecido sua cultura: “desenvolveram estruturas sociais complexas que servem como condições de base para sua evolução genética. Segue-se que a aptidão individual em seres humanos depende da estrutura da vida social” (HINTIS; HELBIN, 2015, p. 4), conceito conhecido como “co-evolução genético-cultural” (BOYD; RIECHERSON, 2004, *apud* HINTIS; HELBIN, 2015, p. 5).

Neste sentido, a cultura como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, a narrativa é uma maneira como o indivíduo processa a informação e implica a “forma de demonstrar e interpretar [as] relações [do ser humano] com o mundo e com as pessoas que o cercam como também de ser compreendido e interpretado (MUNGIOLI, 2002, p. 49). “Linguagem e cognição são entendidas como inextricavelmente entrelaçadas, indelevelmente presentes em todas as nossas atividades, e os fenômenos nelas produzidos inelutavelmente diversos” (MATURANA, 2001, p. 12).

O gênero literário denominado “narrativa” está presente na vida de todas as pessoas<sup>v</sup>, e a construção da subjetividade social está relacionada com as narrativas históricas, as tensões da vida contemporânea e os ciclos

históricos. Com alicerces em que as memórias também são sociais e coletivas, as narrativas podem contribuir para uma melhor compreensão das práticas culturais e, portanto, da cognição social em uma relação direta entre o sujeito e o entorno sócio histórico (OLIVEIRA, 2006, p. 122). Assim, a maneira de exemplo da influência da crônica histórica, Neide Gondim (2007) no livro “A invenção da Amazônia” menciona alguns pensadores que influíram na narrativa amazônica: Montesquieu, Hobbes, Buffon e Locke, com formas de descrever uma utopia baseada na imaginação onde se funde a ficção e a realidade (PRESSLER, 2010).

O potencial imaginativo dos europeus tornou a Amazônia um território exótico, majestoso, que atrai muitos visitantes do mundo todo, e que ainda hoje é fantasiado por muitos autores de ficção, que em suas publicações ainda guardam a ideia proveniente do imaginário dos primeiros navegadores do Rio Amazonas e de seus braços. Por de trás da dimensão do verde da floresta Amazônica sabe-se que existe um potencial não apenas ambiental que ainda precisa ser desvendado (PRESSLER, 2010, p. 2).

A narrativa histórica<sup>vi</sup>, contada através de gerações, influi no desenvolvimento de esquemas cognitivos e na maneira como os indivíduos percebem, interpretam e abordam a informação. Constituem-se em expectativas que influem na forma que é enxergada a realidade. Portanto, o objetivo desse artigo é analisar a influência da narrativa da colonização do Brasil na formação de esquemas cognitivos que influem nas relações transfronteiriças franco-brasileiras.

Na primeira parte apresentar-se-á uma síntese das narrativas e fatos mais significativos que influem na construção da subjetividade e cognição social: as primeiras expedições provenientes da Europa para o Brasil; os diferentes significados do vocábulo “Brasil”; a descoberta da Amazônia; a ocupação do novo território; e o território contestado do Rio Oiapoque ao Rio Araguri. Na segunda parte analisar-se-ão os desafios na fronteira franco-brasileira no intuito de fortalecer a cooperação transfronteiriça.

### **O BRASIL: origem e primeiras expedições**

Schwarzc e Starling (2015) no livro “Primeiro veio o nome, depois uma terra chamada Brasil” abordam a colonização e o pensamento arquetípico<sup>vii</sup> da época, que não se difunde “mediante a simples tradição, linguagem e migração, mas ressurgem espontaneamente em qualquer tempo e lugar” (JUNG, 1976, p. 90). Porém, existem disposições no ser humano que são ativadas instintivamente e “pré-formam e influenciam seu pensar, sentir e agir” (*ibidem*, p. 91). Isto posto, as narrativas antes, durante e depois da conquista configuraram a cognição social dos europeus antes de chegar ao novo continente. A narrativa dessa época teve um grande impacto tanto na configuração mundial dos territórios quanto na formação de arquetipos<sup>viii</sup> que influíram em como as terras colonizadas foram percebidas.

Como comentam Schwarcz e Starling (2015), Cristóvão Colombo, na sua primeira viagem ao Caribe (1492), influenciou nesse ressurgimento do pensamento arquetípico, ao espalhar a ideia de que os habitantes do novo mundo praticavam o canibalismo: por uma parte, pela coincidência fonética entre os vocábulos “*caraibas*” ou “*karibs*” (que denominavam aos povos indígenas das Pequenas Antilhas – ilhas de Barlavento e Sotavento) e a palavra canibal; e por outra, num propósito político-econômico para escravizar os nativos:

Foi o próprio navegador genovês Cristóvão Colombo, responsável por comandar a frota que primeiro alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492, sob as ordens dos reis católicos da Espanha — Fernando e Isabel —, quem cunhou o nome “canibal”. O termo tem origem no idioma arawan — língua falada por tribos indígenas da América do Sul, povos caraíbas antilhanos, cuja derivação espanhola “caribal” (do Caribe) logo foi associada a práticas reportadas por viajantes europeus, que se referiam, preocupados, a costumes antropofágicos locais (SCHWARCZ, 2015, p. 21).

Américo Vespúcio coincidiu com a narrativa de Colombo, o que contribuiu na cognição social negativa que os europeus tinham dos nativos americanos antes de conhecê-los em realidade: “as observações de Vespúcio causaram ainda maior impacto que as de Colombo, uma vez que descreviam cenas de canibalismo a partir de testemunho pessoal do autor, e além disso eram ilustradas por gravuras (SCHWARCZ, 2015, p. 22). Assim, as narrativas orais e visuais colaboraram “na

difusão de uma representação negativa dos nativos americanos, como homens sem ordem e sem fé” (SCHWARCZ, 2015, p. 22).

No entanto, “Espanha também passava por um processo de expansão colonial. O reino espanhol, que se unificara como Estado Nacional em 1492, lançara-se ao mar na busca de uma nova rota para o Oriente através do Ocidente” (SCHWARCZ, 2015, p. 24). Para evitar conflitos, em junho de 1494 era assinado o Tratado de Tordesilhas que objetivava dividir as terras “descobertas e por descobrir” pelas Coroas Espanhola e Portuguesa. Posteriormente, em 1500, Pedro Álvares Cabral, depois de ter sido nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo, empreendeu uma nova expedição seguindo a rota de Vasco da Gama:

[...] já em 21 de abril Caminha anotava a existência de “alguns sinais de terra”: algas marinhas e sujeiras no mar. No dia 22, a armada de Cabral, que seguia no caminho das Índias, se deparou com terra a ocidente. Primeiro, notaram-se algumas aves que foram chamadas de “fura-buxos”, depois um grande monte, muito alto e redondo, logo nomeado monte Pascoal (uma vez que aquela era a semana da Páscoa); o local, por fim, foi chamado de Terra de Vera Cruz (SCHWARCZ, 2015, p. 28).

No âmbito literário, Luiz Vaz de Camões em “Os Lusíadas” (1572), narra em forma poética e magistral a viagem de Vasco da Gama exaltando o homem herói, os perigos durante a travessia e o contato com os povos com costumes diferentes. A obra representa uma narrativa poética que envolve a história de Portugal e os deuses e semideuses mitológicos

(Vênus, Marte, Netuno), fonte de ressurgimento do pensamento arquetípico:

As armas e os barões assinalados,  
Que da ocidental praia Lusitana,  
Por mares nunca de antes navegados,  
Passaram ainda além da Taprobana,  
Em perigos e guerras esforçados,  
Mais do que prometia a força humana,  
E entre gente remota edificaram  
Novo Reino, que tanto sublimaram;  
(CAMÕES, 1556, Canto I)

### O significado da palavra “Brasil” (crônicas da colonização)

A chegada dos conquistadores originou novas narrativas vivificando as imagens arquetípicas das primeiras viagens e acrescentando novos mitos que influenciariam a cognição social europeia do novo mundo: “os portugueses começaram a correr várias teorias curiosas sobre a origem dos índios: Paracelso, em 1520, acreditava que eles não descendiam de Adão e que eram como os gigantes, as ninfas, os gnomos e os pigmeus” (SCHWARCZ, 2015, p. 29). Inclusive, Pero Vaz, comentou suas experiências:

[...] todos pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que cobrisse suas vergonhas [...] E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio (SCHWARCZ, 2015, p. 29).

A Coroa portuguesa dividiu os territórios em dois governos gerais: “o Governo do Norte, com capital em Salvador, era encarregado de cuidar da região que ia da capitania da Baía de Todos os Santos até a capitania do Maranhão. O Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, ficava com o controle da região que ia de Ilhéus até o Sul” (SCHWARCZ, 2015, p. 31). Os portugueses, ao princípio, não encontraram as riquezas que esperavam, e que os espanhóis já tinham achado em outras regiões do continente, porém, em uma estratégia geopolítica e de posse territorial, decidiram batizar o novo território: “o local foi denominado ora Terra dos Papagaios — numa referência à ave que tinha todas as cores e falava (por mais que ninguém entendesse o que dizia) — ora Terra de Santa Cruz (SCHWARCZ, 2015, p. 31).

Pedro Álvares Cabral “teria chamado a possessão de Santa Cruz por causa do Lenho Sagrado, e associado o ato da missa ao sacrifício de Cristo agora na terra achada” (SCHWARCZ, 2015, p. 31). Mas o interesse primordial era povoar e colonizar o novo território para “garantir o achado e impedir os ataques estrangeiros” (ibidem, p. 32). O descobrimento da madeira da árvore denominada pau-brasil, que para muitos historiadores foi a origem do vocábulo “Brasil” representou outro interesse econômico:

[...] pau-brasil [que] era originalmente chamado “ibirapitanga”, nome dado pelos índios Tupi da costa a essa árvore que dominava a larga faixa litorânea.

Alcançando até quinze metros, a espécie apresentava troncos, galhos e vagens cobertos por espinhos. A madeira era muito utilizada na construção de móveis finos, e de seu interior extraía-se uma resina avermelhada, boa para o uso como corante de tecidos (SCHWARCZ, 2015, p. 31).

Os novos produtos foram introduzidos no mercado europeu, “o termo ‘Brasil’ passou a designar oficialmente a América portuguesa” (SCHWARCZ, 2015, p. 32) e a importância da comercialização dos produtos provenientes do novo mundo tiveram um impacto econômico positivo para a coroa portuguesa. Porém, as crônicas da época criaram uma disputa entre o poder econômico e o espiritual: “à medida que aumentavam os carregamentos e o comércio, interesses materiais venciam por sobre o lenho onde morrera Jesus” (SCHWARCZ, 2015, p. 33). Neste sentido, nas narrativas da época começaram a espalhar-se argumentos e histórias entre o sangue de Cristo e o vermelho do corante (que era associado ao diabo):

Começava então uma disputa entre o sangue derramado de Cristo e o vermelho da tintura, que seria crescentemente associado ao diabo [...] afirmando que fora obra do demônio buscar extinguir a memória de Santa Cruz. Mas a querela ia ficando meio desgastada, pois a colonização se impunha e tentava aglutinar o sentido mercantil à tarefa religiosa, missionária e catequética. O diabo continuava presente, mas a luta era santa também. A ambiguidade se instituiu nessa contenda acerca do nome, a qual projetava outras inquietações que se abatiam sobre a nova colônia. Nesse momento, as representações começavam a misturar os produtos, a terra e os nativos do Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, lembra uma antiga tradição celta que explicaria a origem do nome do país a partir de outra interpretação: a paradisíaca. Segundo essa versão,

existiriam ilhas atlânticas, perdidas no tempo e no espaço, cobertas por plantas como a urzela, e de outra substância tintorial conhecida como “sangue de dragão”, sendo que de ambas se retirava uma resina de cor púrpura. O historiador defenderia, ainda, que o topônimo seria resultante de expressões irlandesas — “Hy Bressail” e “O’Brazil” — cujo significado era “ilha afortunada”. (SCHWARCZ, 2015, p. 33).

### **A Amazônia nas narrativas europeias**

Antes da chegada de Pedro Álvares Cabral, “três outras pequenas frotas espanholas tocaram o litoral norte da América do Sul [...] à altura de Porto Seguro em 22 de abril de 1500: Alonso de Ojeda, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe” (REZENDE, 2006, p. 32). Contudo, o interesse nesses territórios não foi exclusivamente econômico, mas também de interesse geopolítico. Por esse motivo, o comércio do pau-brasil “havia atraído franceses que não aceitavam os direitos exclusivos de Portugal sobre o Brasil. Lisboa se esforçava para combater essa prática na imensa costa brasileira” (REZENDE, 2006, p. 33).

Francisco de Orellana (1541), fez a primeira navegação completa do Rio Amazonas, e a partir desse fato surgiram expedições como a organizada por Gonzalo Pizarro na tentativa de encontrar “El Dorado”<sup>ix</sup>, surgindo assim novas narrativas das viagens, descrevendo tribos indígenas numerosas e pouco amistosas (GÓES FILHO, 2001), “feiticeiros que gesticulavam ameaçadoramente ao som de tambores de guerra” (REZENDE, 2006, p. 37), ou mulheres ferozes que teriam atacado suas tripulações:

[...] teriam sido atacados ferozmente por nativos comandados por mulheres de aspecto imponente. Eram “mulheres muito alvas e altas, com o cabelo comprido, entrançado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flexas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios [...] a palavra grega a-mazón, que significa sem seios, passou a ser utilizada para referir-se a essas guerreiras. Outros relatos dão conta de que essas mulheres viviam em comunidades, raptavam homens para procriar, devolviam os filhos homens e criavam as filhas, preparando-as para a guerra (REZENDE, 2006, p. 40).

Com a divulgação dessas narrativas, “ingleses e holandeses, que disputavam o domínio da América com os ibéricos, entregaram-se à exploração do Amazonas. No final do século XVI, o monopólio ibérico sobre a América era cada vez mais contestado (REZENDE, 2006, p. 44).

### **Ocupação do novo território: maus vizinhos e boas terras**

Cavlak (2017) considera que o povoamento da Região Norte da região Amazônica portuguesa ganhou importância após as incursões estrangeiras no século XVI: “as tropas luso-brasileiras de fato iniciaram a ofensiva para expulsão dos estrangeiros que assediavam a Amazônia [...] os holandeses recuaram para o platô das Guianas, os ingleses se retiraram momentaneamente da região e os franceses, que haviam perdido o Maranhão, se fixaram em Caiena (p. 1). Imediatamente

depois, a coroa portuguesa funda a cidade de Belém em 1616 e cria o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil “destacando-se as expedições de Pedro Teixeira e de Antônio Raposo Tavares, bem como a atuação das missões jesuítas no interior da Amazônia” (REZENDE 2006, p. 60). Assim, os primeiros anos da nova colônia foi afligida por rivalidades entre indígenas e colonos. As histórias da época contavam sobre tribos guerreiras que foram massacradas pelos portugueses, nativos que eram obrigados ao trabalho escravo, narrativas eram de apavoro, no relativo às represálias e condenações de Castelo Branco.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão, percebia a importância de povoar Cabo Norte para defender a região. Destarte, no século XVII “no Grão-Pará, as ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus, desenvolveram formas de arregimentação e manutenção de mão-de-obra indígena” (RAVENA, 1999, p. 64). O intuito do governador era colocar à disposição da coroa os recursos materiais e humanos das aldeias missionárias, e assim, “implementou um plano de formação de soldados-colonos, com auxílio estatal e privado de modo a povoar, defender e fazer do Amapá um exemplo de desenvolvimento para o restante da capitania e para os outros povos fronteiriços” (CAVLAK, 2017, p. 3). A estratégia de Mendonça Furtado foi diminuir o poder das missões e povoar a

região com colonos provenientes de outros lugares.

O caráter experimental das ações de Mendonça Furtado parece ter sido delimitado pela necessidade de trabalhadores indígenas, tanto para o transporte como para a produção de farinha que subsidiaria os primeiros anos dos colonos em Macapá. Para verificar a possibilidade de um aldeamento indígena não criado nem tutelado por missionários, o governador plenipotenciário operou uma interessante burla das recomendações reais. Contratou um reconhecido traficante de índio, para iniciar um aldeamento denominado Sant'Anna (RAVENA, 1999, p. 77).

“O empenho pessoal de Mendonça Furtado para que Portilho não fosse punido por traficar indígenas e converter seu passado em ações benéficas para os Serviços Reais, na verdade, mascarava a intenção de comprovar a possibilidade de estabelecer uma povoação indígena sob a direção de um leigo” (RAVENA, 1999, p. 83-84). Nesse sentido, Cavlak (2017) comenta que apesar dos experimentos e improvisos, o Cabo Norte apontava para superar o problema da mão de obra e para a consolidação do modelo idealizado pelo Marques de Pombal e Mendonça Furtado. No modelo, a construção da Fortaleza de São José representou uma parte importante do projeto, porém teve como consequência “ceifar de muitas vidas e certo desequilíbrio em relação ao desenvolvimento econômico. Epidemias de fome enfraqueceram os corpos, sujeitos as mais diversas doenças tropicais, que dificultaram ainda mais a produção de víveres, já prejudicada pelo desvio do trabalho reclamado pelo baluarte. (MARIN,

1999, apud Cavlak 2017, p. 7). A conclusão da Fortaleza em 1782 representou “a decadência das vilas e a dificuldade de fixação de pessoas” (*ibidem*, p. 6). “O esforço hercúleo para a concretização do baluarte prejudicou a produção de alimentos, contribuindo com a fome e a carestia da população. Em lugar de progredir, o Macapá estagnou” (CAVLAK, 2016, p. 8).

A requisição de força de trabalho escrava para os trabalhos de construção da Fortaleza de São José de Macapá e da vila de Mazagão e Macapá, desequilibraram o funcionamento dessas unidades, ao mesmo tempo que privavam-nas de autonomia. Cada proprietário devia colocar à disposição, escravos para os trabalhos na Fortificação [...] em repetidas situações de escassez de alimentos, proibia-se os moradores a saída de arroz e outros gêneros [...] Além da usurpação dos seus escravos e gados, continuamente lhes era feita requisição de horas de serviço. Na verdade, por uma década, a construção da Fortaleza mereceu maior atenção que a consolidação do projeto agrícola (MARIN, 1999, apud CAVLAK, 2016, p. 9).

Do lado francês, a colonização da Guiana tinha como objetivo o expansionismo comercial ultramarino da Europa: “pesou nos motivos da chegada dos franceses ao continente sul-americano o fortalecimento da monarquia, a ideia de cristianização dos ameríndios e igualmente a competição política com as Províncias Unidas, Espanha, Portugal e Inglaterra” (CAVLAK, 2016, p. 1). Um problema que afrontara a Guiana foi a falta de trabalhadores devido a que poucos escravos atravessaram o Oceano Atlântico, contudo, o empreendimento francês de transportar essas pessoas fracassou pelas condições dentro dos navios, a longa travessia e as condições climáticas:



[...] em alguns meses, a Guiana se transformou num necrotério. O paludismo, a febre amarela, febre tifoide, tifo, disenteria foram devastadores”. 8 de um total aproximado de 12 mil pessoas enviadas, 7 mil estavam mortas em outubro de 1765, 3 mil voltaram rapidamente e somente 1.800 escolheram permanecer. Uma verdadeira catástrofe, sendo que a maioria dos sobreviventes foi resgatada nas ilhas que ficariam conhecidas como Ilhas da Salvação (Iles Du Salut). (MAM LAM FOUCK; 2002, *apud* CAVLAK, 2016, p. 5).

O episódio foi conhecido como a ‘Expedição de Kourou’, que doravante se transformou na ‘Síndrome de Kourou’ que causava “um arrepio na espinha daqueles que tinham o destino marcado para habitar a Guiana” (CAVLAK, 2016, p. 5). E para reforçar a cognição social da época:

[...] sob a Revolução Francesa, a alternativa encontrada foi desafogar as prisões de Paris carregadas de encarcerados políticos e os enviarem para a Guiana. Entre 1795 e 1798, 331 pessoas foram desterradas da metrópole, o primeiro contingente de “banidos” que posteriormente cumulariam o lugar. [...] No momento da eclosão da Revolução, já se havia fixado no imaginário popular a Guiana como um lugar de morte certa, a “guilhotina seca”, daí ao mesmo tempo se mostrar um castigo severo para os revolucionários e um constrangimento do Estado de enviar pessoas para a reputada região infernal (CAVLAK, 2016, p. 6).

### **Do rio Oiapoque ao rio Araguari: o “Território Contestado”**

A Revolução Francesa causou um profundo desequilíbrio laboral tanto na Guiana Francesa quanto na região fronteira do Grão-Pará. Provavelmente, como retaliação da coroa

portuguesa ao avanço napoleônico europeu: “em janeiro de 1809, uma tropa composta de luso-paraenses, com o apoio naval da marinha inglesa, conquistou a Guiana Francesa e a anexou a administração da Província do Grão-Pará e Rio Negro” (CAVLAK, 2016, p. 7). Anos mais tarde com a proclamação da independência do Brasil e a adesão do Grão-Pará ao novo país em 1823 as circunstâncias fronteiriças mudaram:

O certo era que os quilombos e mocambos se multiplicavam, e a vila de Macapá permanecia diminuta. Frente ao despovoamento da região, os franceses voltaram a descer para o sul de sua Guiana e povoar progressivamente o território “contestado”, em busca de ouro e outras riquezas (CAVLAK, 2017, p. 13).

As narrativas do contestado reforçavam a ideia de “terra de foragidos, desertores, mocambeiros e quilombolas” (ibidem). Cavlak (2017), considera que a cognição social da época sobre o território contestado enfatizava a ideia de “refúgio de todos aqueles que por algum motivo fugiam ou se mantinham na ilegalidade. Descreve-se assim uma situação de ausência controle do Estado brasileiro, elucubrando indultos aos criminosos em troca do compromisso de continuarem ali residindo. Situação não muito diferente à já descrito com a chegada de Francisco Portilho de Melo.

Na história do contestado surgiu a proclamação de uma efêmera república na fronteira franco-brasileira como resultado da falta de acordos entre esses países na disputa territorial – a república do Cunani<sup>x</sup>. Assim, num

contexto de uma crise brasileira posterior à queda da monarquia e as descobertas de jazidas de ouro que transformou o território contestado, especialmente na região de Calçoene, fato que criou “constantes conflitos diplomáticos entre os dois países [...] Um desses conflitos em decorrência da exploração do ouro foi quando o capitão de Calçoene, o francês Eugène Voissien, impediu o acesso de brasileiros às minas” (MARQUES, 2009. p. 44).

[...] um triunvirato eleito localmente para governar a vila de Amapá, epicentro dos acontecimentos, e as terras abarcadas pela República do Cunani. Foi anulada a administração francesa de Eugene Voissien e nomeado o capitão Desidério Antônio Coelho, que alçaria então para compor com ele a administração o cônego Domingo Maltez, e o comerciante e perseguido político Francisco Xavier da Veiga Cabral, mais conhecido como Cabralzinho. (QUEIROZ, 1999, *apud* CAVLAK, 2017, p. 17).

Do lado brasileiro, “o Triunvirato saiu bem-sucedido desse conflito, e seu líder, Francisco Xavier da Veiga Cabral, recebeu honras de herói nacional, pois teria defendido a integridade do Brasil” (MATTOS, 1980; REIS, 1949 *apud* MARQUES, 2009. p. 44):

Nos jornais franceses da época Veiga Cabral foi descrito como um grande bandido, ditador sanguinário do Cunani e milionário explorador do povo, responsável por todas as mortes, enquanto que para a maioria da imprensa paraense ele tornou-se um excepcional herói. Naquele contexto de duas jovens repúblicas, a brasileira e a do contestado, um herói que defendesse o território de malfeitores estrangeiros era um colírio para o imaginário político dominante. Ainda mais de uma fronteira tão longínqua do centro do Brasil e tão fustigada no

decorrer dos séculos (CAVLAK, 2017, p. 17).

Numa pesquisa do doutor Cavlak (2017) sobre a figura de Cabral, cita uma expedição do Museu Paraense de História Natural e Etnografia liderada pelo cientista Emilio Goeldi, quem comenta que os ajudantes mais próximos de Cabralzinho seriam:

Uma oligarquia de capangas e aventureiros ... e os abusos, opressores, vinganças pessoais e represálias cometidas por essa gente são sem número. A população vive de baixo de uma tirania nojenta ... Não há uma pessoa, fora do círculo da família e da roda de Cabral, que vive satisfeita e não se queixe das duras contribuições de guerra, que a toda hora são exigidas em forma de serviço manual gratuito, expedição em canoa, rezes do campo pelos protegidos do General... Estou firmemente convencido de que os auxílios pecuniários prestados ao Amapá tomam rumo oposto aos interesses da nação brasileira ... Não tive o tempo de estudar o seu caráter (de Cabralzinho) e comportamento nas poucas horas de convívio. Mas que a roda d'ele é ruim, péssima, abjeta – não há dúvida alguma e julgo ser o meu dever esclarecer o Governo brasileiro acerca d'isto, enquanto é tempo. Seria um erro conceder ao governo do Amapá meios maiores do que aqueles que são estritamente precisos para manter o *status quo* (QUEIROZ, 1999, *apud* CAVLAK, 2017, p. 18).

88

Independentemente da realidade, as narrativas influem significativamente no imaginário social, e, portanto, na cognição social de uma sociedade. O conflito franco-brasileiro foi encerrado em 1900 “por meio de um acordo internacional firmado em 1º de dezembro de 1900 pelo presidente suíço Hauser, que declarou o fundamento do Tratado de Utrecht como

definitivo” (MORAIS, 2006 *apud* MARQUES, 2009, p. 44).

A imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana Francesa, próximo do rio Amazonas, provocou três séculos de rivalidade até a arbitragem internacional de 1900 dando a razão ao Brasil (GRANGER, 2011, *abstract*). Um pouco menos de um século passou-se para que fosse assinado em o Acordo-Quadro entre esses dois países, o que acrescentou o “fortalecimento dos laços históricos entre as duas nações, [institucionalizando] uma cooperação inédita [...]: a transfronteiriça, a qual implicaria em uma maior aproximação entre brasileiros e franceses” (MARTINS, 2012, p. 8).

## CONCLUSÃO

“La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda y cómo la recuerda para contarla. (MARQUEZ, 2002, p. 5).

Ao analisar os desafios a serem superados para o desenvolvimento e fortalecimento da cooperação transfronteiriça, é importante tomar em conta o fator psicológico-cognitivo devido à influência das cognições sociais dos atores que participam. Cognições que variam pelo fato de haver diferentes dimensões de análise e recortes geopolíticos; implicando também diferentes níveis cognitivos ante diversos desafios. Cognições sociais atreladas às diferentes culturas que interagem na região, com intercâmbios e fluxos fronteiriços que impactam no desenvolvimento da identidade dos participantes.

Circunstâncias que colocam aos indivíduos frente da alteridade, do desconhecido, do outro, do diferente e do mítico. E nessa interação, serão suas ideias prévias, crenças, narrativas, cognições, julgamentos morais grupais, preconceitos, medos e complexos os fatores que influam na percepção do outro, desse ser desconhecido – se cria uma teoria particular do indivíduo e da sociedade a que pertence.

A linguagem e a cognição estão inextricavelmente entrelaçadas: influenciadas pelas narrativas que aparecem nos jornais, na publicidade, nas histórias que se contam corriqueiramente, e nas parábolas religiosas. Narrativas que chegaram a solos europeus apresentando a ideia do novo mundo como um território exótico, porém perigoso. Expectativas criadas para fora do “Novo Mundo” sem um propósito específico – ou com uma intenção política-colonialista definida. Cidades de ouro, seres mitológicos, monstros marinhos, heróis locais, mulheres guerreiras e ferozes que atacavam as tripulações. Imagens arquetípicas que ressurgem em qualquer tempo e lugar – a imagem mental ou significativa como antecessor do significado. Não é à toa que Colombo e Américo Vespúcio difundiram a ideia de povos canibais, ou que o corante proveniente da resina do pau-brasil lhe desse uma conotação associada com o diabo. Neste sentido, Cabo Norte representou um paradoxo: por um lado pela sua localização geográfica afastado do continente foi num momento esquecido por Portugal, porém, ao

mesmo tempo, em um outro momento econômico-político, a mesma localização representou uma vantagem geopolítica. Assim sendo, surgiram projetos de povoamento da região no intuito de fornecer recursos materiais e humanos para a coroa portuguesa.

A região das guianas foi conhecida na França como Costa Selvagem, local de uma das narrativas que assustavam a aqueles que pensavam habitar a Guiana, o conhecido “Síndrome de Kourou” que, inclusive foi utilizado na Revolução Francesa para desafogar as prisões de Paris: a região era conhecida como a “guilhotina seca”, ou região infernal que era um castigo severo para os revolucionários. As narrativas que contribuíram numa cognição social negativa não só foram dos colonizadores, também os próprios brasileiros colaboraram a espalhar imagens semelhantes: nas disputas territoriais franco-brasileiras que por um momento configuraram um território “contestado”, o próprio Ministério de Justiça difundiu a ideia de que este território estava habitado por foragidos, desertores, criminosos e quilombolas, local de indivíduos que se mantinham na ilegalidade, com criminosos que em troca de sua residência recebiam os indultos a suas ações passadas: Francisco Portilho de Melo conhecido traficante de indígenas da época, convidado para os experimentos do governador Mendonça Furtado. Heróis para a imprensa paraense, que nos jornais franceses eram considerados bandidos, como o denominado

ditador sanguíneo: Veiga Cabral que para muitos foi produto de uma narrativa criada nos interesses da política dominante.

Sendo a memória tanto individual como coletiva, as narrativas são férteis para a compreensão e construção da realidade. A história é uma série de “ciclos que se repetem” com novas roupagens. Assim sendo, não surpreende que os objetivos da ocupação no referente à defesa territorial entre países colonizadores a partir do Tratado de Tordesilhas se repita séculos mais tarde com a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas. Tampouco surpreende que os atores envolvidos na história da região tenham suas representações viventes na atualidade – só pensar em como os últimos acontecimentos político-econômicos nacionais e estaduais no país estão sendo narrados pela mídia e, portanto, contribuindo à imagem negativa do Brasil no exterior.

Esses fatores anteriormente mencionados: as narrativas históricas e a influência da mídia impactam nas percepções binacionais. Porém, uma cooperação binacional implica uma comunicação ativa que facilite a compreensão recíproca dos pontos de vistas de todos os participantes, mas para isso é importante trabalhar nos esquemas cognitivos que determinam a percepção da realidade e, portanto, tendem a que a história seja repetida *ad infinitum* – e, nesse sentido é importante que os próprios brasileiros e a mídia nacional contribuam com novas narrativas sobre a Amazônia dado que o

sistema de esquemas cognitivos não é algo estático, porém, dinâmico.

## REFERÊNCIAS

- APIO. **Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Plano de vida: dos povos e organizações indígenas do Oiapoque. Oiapoque: Apio, 2009.
- BARROS, Laraia. **Cultura um conceito antropológico**. Ed. Zahar. 1986. Disponível em: <[http://files.leieordemfacastelo.webnode.com.br/200000196-687a569742/cultura\\_um%20conceito%20antropol%C3%B3gico.pdf](http://files.leieordemfacastelo.webnode.com.br/200000196-687a569742/cultura_um%20conceito%20antropol%C3%B3gico.pdf)> Acesso em: 03 agosto 2017.
- BZUNECK, José. Conceito e funções dos esquemas cognitivos para a aprendizagem: implicações para o ensino. **Semina**, 12(3) p. 142-145. 1991.
- CAVLAK, Iuri. **O Amapá no Século XIX: desenvolvimento regional e novas configurações políticas**. 2017.
- \_\_\_\_\_. História da Guiana Francesa. Do início da colonização até a invasão portuguesa de 1808. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. 2016.
- GERHARDT, T. et.al. **Métodos de Pesquisa**. SEAD Série Educação a Distância: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GINTIS, Herbert; HELBING, Dirk. Homo Socialis: na Analytical Core for Sociological Theory. **Review of Behavioral Economics**. Vol 2, 2015, p. 1-59.
- GÓES FILHO, Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Outre-mers n°372**, Paris, 2011, p. 157-177.
- JUNG, Carl. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petropolis: Vozes, 1976.
- LAMB, M. E.; SHERROD, L. R. **Infant social cognition: Empirical and theoretical considerations**. New Jersey: Lawrence Erlbaum. 1981.
- MARQUES, Indira. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- MARQUEZ, Gabriel García. **Vivir para contarla**. Califórnia: Windmills edition, 2002.
- MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2008.
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MUNGIOLI, Maria Cristina. Apontamentos para o estudo da narrativa. **Comunicação & Educação**, Ano VIII, jan./abr. 2002, vol. 23, p. 49-56.

NEIDE, Gondim. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição, Manaus: Editora Valer, p. 340, 2007.

OLIVEIRA, Marta et al. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. **Pro-posições**. v. n. 2 (50) p. 119-138. 2006.

PRESSLER, Neusa. Amazônia e Cooperação Internacional: Discursos e Contradições. Relações Internacionais e Meio ambiente. **V Encontro Nacional da ANPPAS**. Florianópolis: 2010.

RAMIRES, Vera. Cognição Social e Teoria do Apego: possíveis Articulações. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 16(2), 2003, p. 403-410.

RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras”: Idéias e experiências no povoamento do cabo norte – século XVIII. In, GOMES, Flavio dos Santos, **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII e XIX)**. Belém: Ed. Universitária/UFPA. 1999.

REZENDE, Tadeu. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). **Geographia (UFF)**. V. 18, 2016, p. 27-50.

## NOTAS

<sup>i</sup> Mestrando em Estudos de Fronteira da UNIFAP, formado em Psicologia e Administração, com pós-graduação em Hipnoterapia Ericksoniana e Programação Neolinguística. Atualmente fazendo graduação do curso de Letras na Universidade UNOPAR. Professor de Psicologia na Universidade CUT (México) e Universidad del Desarrollo Profesional (México).

<sup>ii</sup> Especialista em Novas Linguagens e Novas Abordagens para o Ensino da Língua Portuguesa pela Faculdade Atual (Macapá), graduada em Licenciatura Plena em Letras e Literaturas Vernáculas com Habilitação em Língua Portuguesa, Funcionária Pública da Secretaria de Educação do Estado do Amapá, professora orientadora e de atendimento a alunos com Altas Habilidades/Superdotação no Centro de Atendimento a Alunos com Altas Habilidades / Superdotação (CAAHS/AP).

<sup>iii</sup> Os paradigmas dominantes no campo da Psicologia Social são a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica (Durkheim, Moscovici), as quais consideram “as inter-relações entre os níveis de análise intrapsíquico, interpessoal, posicional e ideológico entre as duas orientações referidas” (DOISE, 1982 apud MENDONÇA, 2014, p. 191). Porém, um novo campo de pesquisa que combine as regulações sociais e o funcionamento cognitivo (entre os conceitos de representação social e cognição social) poderiam atribuir um “papel determinante às estruturas cognitivas na produção do conhecimento social, formando estruturas de conhecimento que guiam e facilitam o processamento da informação social” (*ibidem* p. 192).

<sup>iv</sup> Ou “agrupamentos estruturados de conhecimentos localizados na memória de longa duração. Todos os conhecimentos adquiridos e organizados, sejam eles conceitos, regras, princípios, generalizações, habilidades e outros conteúdos formam, na memória de longa duração, grandes redes, onde cada nó representa um esquema (BZUNECK, 1991, p. 143).

<sup>v</sup> A narrativa expressa-se de diversas maneiras: pela palavra (línguas escrita, verbal ou oral), pela representação (linguagem teatral), pela imagem (imagem visual) entre outras.

<sup>vi</sup> Em termos históricos, o estudo da narrativa pode ser dividido em dois grandes momentos. O primeiro caracteriza-se pelo estudo do texto narrativo centrado na sua interpretação, sendo a exegese a representação máxima desse período. O segundo momento, que se caracteriza pelo estudo sistemático da narrativa do ponto de vista de suas estruturas” (MUNGIOLI, 2002, p. 50).

<sup>vii</sup> “Hoje em dia devemos partir da hipótese de que o ser humano, na medida em que não constitui uma exceção entre as criaturas, possui, como todo animal, uma psique pré-formada de acordo com sua espécie, a qual revela também traços nítidos de antecedentes familiares [...] deve tratar-se de formas de função as quais denominamos "imagens". "Imagens" expressam não só a forma da atividade a ser exercida, mas também, simultaneamente, a situação típica na qual se desencadeia a atividade". Tais imagens são "imagens primordiais", uma vez que são peculiares à espécie, e se alguma vez foram "criadas", a sua criação coincide no mínimo com o início da espécie. O típico humano do homem é a forma especificamente humana de suas atividades. O típico específico já está contido no germe. A ideia de que ele não é herdado, mas criado de novo em cada ser humano, seria tão absurda quanto a concepção primitiva de que o Sol que nasce pela manhã é diferente daquele que se põe na véspera. Uma vez que tudo o que é psíquico é pré-formado, cada uma de suas funções também o é, especialmente as que derivam diretamente das disposições inconscientes. A estas, pertence a fantasia criativa. Nos produtos da fantasia tornam-se visíveis as "imagens primordiais" e é aqui que o conceito de arquétipo encontra sua aplicação específica” (JUNG, 1976, p. 89-90).

<sup>viii</sup> Os arquétipos constituem o que Carl Jung denominou como “inconsciente coletivo” (1976), sendo: “[...] uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade” (JUNG, 1976, p. 53).

<sup>ix</sup> Lenda da época da colonização que falava de uma cidade totalmente feita de ouro puro, a qual acreditava-se estava em alguma das seguintes regiões: no Deserto de Sonora no México; nas nascentes do Rio Amazonas; no Planalto das Guianas; na América Central; ou no norte do Brasil.

<sup>x</sup> “Desde Paris, foram criadas uma moeda própria, bandeira, selos e comendas indicando a fundação e a existência no plano do simbólico. Um pedido formal de reconhecimento foi enviado aos Estados Unidos, demonstrando a seriedade da empresa” (CAVLAK, 2017, p. 16).

Recebido em: 23/07/2018.

Aprovado em: 30/08/2018.

Publicado em: 31/08/2018.